

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, A. M. **As entradas régias portuguesas**. Lisboa: Livros Horizonte, [s.d.].
- ARAÚJO, R. de. **Lisboa: a cidade e o espetáculo na época dos descobrimentos**. Lisboa: Horizonte, 1990.
- BAKHTIN, M. **Cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. O contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec; Brasília: UnB, 1987.
- BEBIANO, R. D. **João V – poder e espetáculo**. Aveiro: Livraria Estante Editora, 1987.
- BOXER, C. R. **O império marítimo português: 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BURCKHARDT, J. **A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio**. Brasília: Ed. UnB, 1991.
- CASCUDO, L. da C. **Dicionário do folclore brasileiro**. 2 volumes. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972.
- DEL PRIORI, M. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DELEUZE, G. **A dobra**. Leibniz e o Barroco. Campinas: Papyrus, 1991.
- GUIMARÃES, R. **Sumário de vária história: narrativas, lendas, biografias, descrições de templos e monumentos, estatísticas, costumes civis, políticos e religiosos de outras eras**. 5 volumes. Porto: Rolland & Semiond, 1872.
- LEITE, S., S. I. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. 10 volumes. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portugália, 1950.
- MARAVALL, J. A. **A cultura do barroco**. São Paulo: Edusp, 1997.
- OLIVEIRA, E. V. de. **Festividades cíclicas em Portugal**. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- PIRES, H. **A passagem espiritual do Brasil no século XVIII**. São Paulo, [s. ed.], 1957.
- RIBEIRO, J. P. **Dissertações cronológicas e críticas sobre a história e jurisprudencia eclesiástica e civil de Portugal**. Lisboa: Typografia da Academia Real de Ciências de Lisboa, 1867.

---

SANCHIS, P. **Arraial. Festa de um povo**: as romarias portuguesas. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.

TAUNAY, A. d'E. Na Bahia colonial: 1610-1764. **Revista do IHGB**, tomo 90, v. 144. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

TURNER, V. **O processo ritual**: estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

VOVELLE, M. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

# A INVENÇÃO DO BRASIL COLÔNIA EM FRANCISCO ADOLFO VARNHAGEN

*Elton Silva Salgado\**  
*Avanete Pereira Sousa\*\**

## RESUMO:

*O artigo apresenta algumas noções de Brasil colônia desenvolvidas a partir da década de 1930, notadamente em dois estudos de Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, em contraponto à historiografia do século XIX. Ademais, discute os sentidos da história colonial propostos por Varnhagen e sua permanência na produção historiográfica do século XX.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Caio Prado. Historiografia. Sérgio Buarque. Varnhagen.*

A História é mestra, não somente no futuro como também no presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos sobre o patriotismo.

*(Carlos Frederico de Martins, em 1844)*

O seu império imenso é hoje considerado o ponto central da civilização do Novo Mundo [...] salvo da anarquia que pouco a pouco devora os outros estados da América do Sul. É lá que floresce, no seu solo virgem, um novo ramo da antiga e transplantada árvore dos Bragança. Os primeiros anos não foram felizes.

O Brasil estava bastante inculto para compreender a nobreza do lugar que tinha de ocupar entre as nações civilizadas [e] foi o imperador D. Pedro II que o pacificou e lhe deu a prosperidade que hoje se vê naquele magnífico Império cujo destino está, mais do que em outras nações, ligado com o de seu monarca.

*(A Ilustração Luso-Brasileira, edição de 1858)*

---

\* Mestre em Letras: Cultura, Educação e Linguagens pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). E-mail: elton@uesb.edu.br.

\*\* Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP) e professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb).

Quem quer que se debruce sobre a produção historiográfica do século XIX no Brasil há de considerar, via de regra, pelo menos três aspectos. O primeiro trata da urgência em dotar o Brasil de um traço civilizador, isto é, entendia-se como necessário afastar o país dos costumes rudes e violentos e dos azares da escravidão – tarefa para a qual se esperava a colaboração ativa da história. Outro aspecto a se atentar é a força com que a **História geral do Brasil**, de Francisco Adolfo de Varnhagen, se impõe como livro-monumento, não obstante inserir-se numa época e momento histórico em que literatura e historiografia interligavam-se com os processos de formação da nação. Como afirma Pedro Puntoni,

a obra de Varnhagen se destaca como a mais importante História do Brasil escrita no século XIX. [...] Sua sombra, contudo, ainda nos alcança. Muitos dos temas, assuntos, episódios revelados pelo historiador ainda marcam a historiografia brasileira e preenchem a memória nacional. *Sua História Geral*, repositório de valiosas informações, segue sendo leitura obrigatória para os interessados no período colonial.

Já o terceiro e último ponto que se destaca na historiografia do século XIX se refere a um detalhe curioso: os historiadores do Brasil Império pouco se dispuseram a produzir conhecimentos sobre o seu próprio tempo. Na verdade, todo esforço historiográfico oitocentista se concentrou no período colonial, apresentado, quase sempre, como a semente da nação. Discurso que, embora aparentemente natural, foi construído ao longo dos tempos.

Foi João Capistrano de Abreu quem escreveu alguns dos primeiros estudos sobre o Império. Porém, seus artigos História pátria, O Brasil no século XIX e Fases do segundo Império, publicados entre as últimas décadas do século XIX e o primeiro quartel do século XX, reforçaram a idéia de continuidade com o passado da Colônia. Mas, à vista das considerações iniciais apontadas, Capistrano se apresenta como herdeiro de Varnhagen e sua obra mais destacada não é outra senão **Capítulos de história colonial**. Portanto, durante muito tempo, a Colônia alimentou a cultura historiográfica do Brasil e, para Laima Mesgravis (1998, p. 39-56), esta perspectiva estava associada a autores como Robert Southey, John Armitage e Heinrich Handelman, influentes desde as primeiras décadas do século XIX. Estes primeiros “brasilianistas” teriam ajudado a revelar um grande número de cronistas e também memorialistas fundamentais ao conhecimento sobre a vida na Colônia.

Mesgravis assevera ainda que é possível identificar nos relatos coloniais uma incansável repetição. Neste sentido, Gabriel Soares de Souza e Magalhães Gândavo não teriam dito nada além do que outros já não falassem. Os jesuítas Fernão Cardim e Anchieta, por sua vez, teriam produzido textos com o idêntico relevo dos não eclesiásticos. No século XVIII, Antonil é citação frequente, mas escreveria com as mesmas intenções de alguns de seus predecessores. Ambrósio Fernandes Brandão nada acrescentaria além do que Vilhena teria dito contra a ostentação em detrimento da virtude. Por fim, diz a autora, as obras aqui citadas não deveriam ser entendidas como produção histórica em sentido estrito; antes, deveria se ter atenção para a insinuação da ideologia branca e europeia. Além do mais, alguns cronistas não teriam acompanhado diretamente os fatos relatados e a autora cita o exemplo de Pero Vaz. A posição do narrador, em geral, varia entre relatos sobre o que ele constata e entre impressões sobre acontecimentos que não foram, por ele, testemunhados. Enfim, são relatos do acontecer, relatos em torno de ações dos portugueses, dos indígenas e dos negros e que exigem problematização sobre a veracidade dos acontecimentos (MESGRAVIS, 1998, p. 42).

Por outro lado, as reflexões de Mesgravis em relação à sociedade brasileira e à historiografia colonial nos auxiliam a perceber que existe um eixo comum na produção dos historiadores oitocentistas que se evidencia nas descrições da estrutura social, política e religiosa dos índios em oposição ao sistema de valores europeus, na defesa da escravidão como sobrevivência e ascensão dos colonos portugueses e na crítica aos riscos políticos decorrentes da excessiva presença, nas cidades e vilas coloniais, dos escravizados negros, os “inimigos domésticos”. Enfim, o que Laima Mesgravis nos propõe é que o olhar do século XIX sobre a colônia deve ser visto sob ressalva, uma vez que

o uso dessas fontes riquíssimas deve, no entanto, ser sempre cauteloso e precedido de uma crítica realista prévia, o que nem sempre tem acontecido. Testemunhos das mais variadas conjunturas históricas e contextos sociais, econômicos e políticos distintos têm sido utilizados como válidos e verdadeiros para os trezentos anos do período colonial como um todo estático e sem mudanças (MESGRAVIS, 1998, p. 39).

A autora aborda um problema metodológico e reflexivo crucial: a disposição crítica do historiador diante de suas fontes. Para Mesgravis, o espírito científico de investigação histórica no Brasil é algo recente, que não pode ser

detectado antes da década de 1930 – momento das publicações de Caio Prado Júnior, **A evolução política do Brasil**, e de Sérgio Buarque de Hollanda, *Raízes do Brasil*, editadas em 1933 e em 1936, respectivamente. Antes disto, observa Laima Mesgravis, nada mais havia do que a repetição de estereótipos sem muitas variações, quer entre os que seguiam os primeiros cronistas informantes ou mesmo entre aqueles que aderiram ao paradigma instaurado pelos pesquisadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a partir de 1838.

Ao lado daqueles dois grandes monumentos da interpretação historiográfica brasileira sobre o período colonial, Sérgio Buarque e Prado Junior, acrescentamos, nesta nossa análise, o nome do intelectual sergipano Manuel Bomfim, autor do livro **O Brasil na história**, igualmente publicado na década de 1930. Antes, porém, reconhecendo o caráter paradigmático da abordagem de Varnhagen sobre a Colônia, julgamos necessário esboçar alguns comentários sobre a tematização contemporânea da colônia como contraponto à **História geral do Brasil**.

### **OS NOVOS SENTIDOS DA COLONIZAÇÃO: CAIO PRADO, SÉRGIO BUARQUE E MANOEL BOMFIM**

Diferenciando-se das abordagens oitocentistas, Caio Prado Júnior afirma que a colonização do Brasil se inseria no contexto da expansão comercial européia e, por isto mesmo, estaria assentada em uma equação que envolveria o escravismo, a grande propriedade e a monocultura, elementos que caracterizariam a evolução da economia da Colônia, bem como o seu povoamento e a sua estrutura social. “Em suma e no essencial”, afirma Caio Prado Jr. (1957, p. 16), “todos os grandes acontecimentos desta era que se convencionou chamar com razão de ‘descobrimientos’ articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu”.

Antes de identificar um efeito do processo civilizador empreendido pelos portugueses na América, o autor de **Formação do Brasil contemporâneo** enfatiza o caráter indissociável entre os acontecimentos expansionistas dos séculos XIV e XV e o sentido de colonização baseado na exploração, produção e exportação.

no seu conjunto e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa do que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter

que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (PRADO JR., 1957, p. 16).

Para o autor, será no fornecimento de produtos tropicais e minerais para o comércio europeu que consubstanciará toda a organização econômica colonial. E nisto residirá o sentido da colonização. A economia brasileira se subordinará inteiramente a este fim, mas não apenas a economia será marcada por tal configuração (PRADO JR., 1957, p. 16). Ainda que reconhecendo as diferenças e singularidades entre as classes, grupos e camadas sociais que compunham a sociedade brasileira colonial e admitindo a manifestação e a constituição de culturas e mentalidades próprias de cada uma, o autor constata que, apesar de tais singularidades, predominavam os traços inerentes às linhas gerais do processo colonizador, marcadamente recortado pela primazia da relação senhor/escravo. Disto decorria a constituição de uma forma de cultura e, principalmente, de mentalidade que eram a expressão direta e manifesta do modelo vigente na sociedade portuguesa da época, que se consubstanciou no Brasil por meio da hegemonia senhorial escravista, niveladora do padrão de comportamento de todos os grupos sociais que gravitavam em torno da classe econômica e politicamente dominante.

Esta é a avaliação do processo histórico que se constituiu ao longo dos séculos XVII e XVIII, pois nos primeiros tempos da colonização pode-se constatar que as formas culturais autóctones das várias comunidades indígenas, bem como as transplantadas dos portugueses e negros, ainda guardavam seus vínculos originais. O delineamento de uma “cultura brasileira” propriamente dita foi, aos poucos, se manifestando enquanto fruto da interação das diferentes culturas e, sobretudo do embate e da dominação de uma sobre as outras.

Assim, ainda no século XIX, com o advento do Império, se constatava a preservação dos traços de uma cultura e uma mentalidade brasileira colonial forjada sob a égide de uma sociedade agroexportadora e mineradora, voltada para fora e para a valorização da cultura européia como padrão a atingir.

A abordagem proposta por Caio Prado se converteria em modelo amplamente aceito na historiografia brasileira a partir de então. Historiadores como Fernando Novais, por exemplo, ampliaram o sentido de colonização ao pensar o conceito no âmbito das transformações da Europa durante a transição do feudalismo para o capitalismo industrial. Para Novais (1977, p. 67-68), a formulação de Caio Prado atinge o pleno valor quando se observa o caráter comercial dos empreendimentos coloniais durante a modernidade frente a queda do feudalismo, e, claro, do Antigo Regime. A colonização européia da época moderna seria, pois, em primeiro plano, um simples desdobramento da expansão comercial. A descoberta das terras americanas é inserida, assim, num contexto de necessidade de “abertura de novos mercados para o capitalismo mercantil europeu”. Note-se que a noção de um “sentido da colonização” apresenta uma extremada serventia para as análises dos empreendimentos coloniais no Novo Mundo, uma vez que o conjunto desta iniciativa também estaria relacionado à idéia de acumulação primitiva. Na verdade, transitou-se da simples necessidade comercial para a colonização efetiva, ou, em outros termos, “passava-se da comercialização de bens produzidos por sociedades já estabelecidas para a produção de mercadorias e montagem de suma sociedade nova”. Nas palavras deste autor,

Examinada, pois, nesse contexto, a colonização do novo Mundo, na época moderna, apresenta-se como peça de um sistema, instrumento da acumulação primitiva, da época do capitalismo mercantil. [...] completa-se, entretantes, a conotação do sentido profundo da colonização: comercial e capitalista, isto é, elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno. Podemos, enfim, compreender, nas suas múltiplas conexões, o sistema colonial, esse conjunto de mecanismos – normas de política econômica e relações econômicas efetivas – que integra e articula a colonização com as economias centrais européias, realidade subjacente e imanente no processo concreto da colonização; que a ajusta continuamente ao seu “sentido” (NOVAIS, 1977, p. 70).

Para Sérgio Buarque de Holanda (1988), no entanto, a chave de compreensão da nossa história gira em torno da noção de herança ibérica ou, ainda, de herança colonial. Ou seja, sua preocupação é tentar compreender como se efetivou a implantação da cultura européia na América portuguesa, a qual, em suas próprias palavras, constitui o fato dominante mais rico de

conseqüências em nossa história. Afinal, para Sérgio Buarque, não haveria como negligenciar a presença dos padrões de comportamento legados da colonização, dentre os quais o culto à personalidade se impunha como traço principal e faria se sentir na tibieza das formas de organização. Assim, a autonomia e a competição individual significavam o impedimento para quaisquer tentativas de associação e de solidariedade sem interesses.

De fato, o alvitre de Sérgio Buarque de Holanda é que, por sua herança ibérica, a Colônia se guiava mais por sentimentos do que por formulações racionais da vida e esta característica explicaria também a frouxidão e a instabilidade das suas estruturas sociais, posto que “em terra onde todos são barões não é possível um acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida” (HOLANDA, 1988, p. 5). O que, em última análise, significa dizer que a colonização portuguesa no Brasil não se pautou por um caráter metódico e racional nem tampouco coeso. Porque o espírito colonizador seria muito mais do tipo audacioso, aventureiro e pautado na busca do lucro imediato do que pelo molde trabalhador e criterioso. Assim, a ausência de um plano geral do empreendimento ofereceu à colonização um claro aspecto de exploração comercial – mais ajustado ao conceito de feitorização que de colonização.

Neste sentido, verifica-se uma aproximação, ainda que tímida, entre **Raízes do Brasil**, de Sérgio Buarque, e **Evolução política do Brasil**, de Caio Prado. Para este último, o caráter geral da colonização brasileira poderia ser definido como a ação de uma burguesia comercial sedenta de lucros, num reduzido território, que era Portugal à época. Segundo Sérgio Buarque, os traços característicos desta feitoria (ou, nas palavras de Caio Prado, desta “ávidez pelo lucro”) poderiam ser percebidos tanto na baixa ocupação do litoral quanto na severa preponderância do ambiente rural sobre o urbano. Este último ambiente demandaria uma série de procedimentos planejados e ainda exigiria investimentos e trabalho – esforços que, segundo o autor de **Raízes do Brasil**, a colonização portuguesa não dispunha a empreender. Daí porque

a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo” – palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão

tipicamente portuguesa como ‘saudade’ e que, no seu entender, implica menos a falta de energia do que uma íntima convicção de que “não vale a pena...” (HOLANDA, 1988, p. 76).

Em suma, Sérgio Buarque caracteriza os portugueses como naturalmente ruralistas, antiurbanos (uma noção, aliás, muito presente em diversos autores), e este atributo caracterizaria, de forma predominante, a colonização, pois os colonos cuidavam “menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão” (HOLANDA, 1988, p. 61).

Pela mesma época em que Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda publicavam seus estudos, Manuel Bomfim editou **O Brasil na história**, obra em que se dedica a analisar a formação nacional brasileira e, ainda mais severamente, a criticar a posição de seus predecessores. Para Bomfim (1930), era urgente a tarefa de denunciar a deturpação da escrita da história do Brasil e sua conseqüente contribuição à degradação política do país. Bomfim classifica a historiografia brasileira como algo “sem cor ou brilho” graças a narrativas “confusas e opacas” em que desaparecem ou são negadas as qualidades características do povo brasileiro. Para o autor, não tínhamos – no Brasil – obras de história, mas “cavaliças” que deveriam ser varridas para, finalmente, ensinar aos cidadãos “a cartilha do patriotismo”. É deste modo que Manuel Bomfim, neste período de pós-Primeira Guerra Mundial, reconsidera alguns temas que considera como urgentes no Brasil. Nesse momento,

predominavam discussões sobre as formas de inserção do país na modernidade, havendo uma significativa demanda pela reinterpretação da história nacional. Bomfim discordava das explicações vigentes sobre o atraso brasileiro. Desde o fim do século XIX e ao longo das primeiras décadas do século XX, tais explicações apontavam os determinismos naturais do meio e da raça como razões principais do atraso. Bomfim, no entanto, seguiu outro caminho ao privilegiar os conteúdos históricos. Na concepção deste “pensador da história”, os problemas sociais, os “males” da nação brasileira originaram-se das relações históricas que aqui se desenvolveram e cuja compreensão só poderia ser alcançada pelo conhecimento da história (GONTIJO, 2003, p. 13).

Assim é que, para Bomfim, reescrever a história do Brasil era tarefa imperativa e, nesta crítica, ele identifica pelo menos dois motivos para as

imperfeições da história até então corrente no país. O primeiro seria a influência da herança intelectual do positivismo francês; o segundo, as ações dos historiadores antinacionalistas (curiosamente, Varnhagen seria um deles). Segundo **O Brasil na história** os resultados desta junção se verificariam no desprezo da historiografia com o legítimo ordenador da tradição do país, o povo, preterido pela narrativa consagrada aos heróis. Esta “heroicização” teria conferido à história um caráter egocêntrico e a reduzido a um simples compêndio de fatos e de nomes que se queriam vultuosos. Frente a esta série de “defeitos” da historiografia, Bomfim sugere que a reescrita da história deveria ser acompanhada por uma reeducação do nosso povo e que esta restauração haveria de se pautar em elementos de instrução cívica que deveriam ser abordados em todas as disciplinas: “todos os exemplos de composição e redação, todos os problemas de matemática; todos os exemplos de moral, de política, e de sociologia podem ser referidos à vida nacional e são elementos de que pode se servir o professor inteligente” (BOMFIM apud ALVES FILHO, 1979, p. 42).

O professor – e também o historiador – inteligente seria aquele que soubesse dar à sua aula, à sua história, um caráter nacional; que soubesse examinar o Brasil e as suas particularidades e não apenas “prestigiasse os que exploraram a pátria”. Era necessário a construção de uma história verdadeiramente brasileira, que ajudasse o país a elaborar a sua específica consciência nacional, e não a história que importasse modelos teóricos estrangeiros e ou ainda inserisse o Brasil no contexto de continuidade do Estado português. Aqui, Bomfim se refere diretamente a Varnhagen e ao que ele chama de patriotismo de convenção. Para Bomfim, Varnhagen e aqueles que o seguiram, pautaram suas histórias em uma “escala de civilização” e, presunçosamente, tentaram enquadrar o Brasil no contexto das nações européias e, por conseguinte, fora da sua própria história. Neste sentido, Varnhagen não deveria ser considerado verdadeiramente historiador e, ainda que fosse, deveria ser encarado como exemplo a não ser seguido:

Historiador – grande historiador, não tinha nem a capacidade reconstrutora de Mommsen, nem o poder evocador de Thierry, ou a ciência estilizada de Taine, ou o tom humano de Michelet e Gibson. Hirto, nos desvãos em que se meteu, sem pensamento para sustentar um passado, foi um panorama de cemitérios: fez obra de secador absorvente,

e ressequiu os assuntos, ao mesmo tempo em que velava os documentos. Quando chega o momento de dar de si mesmo, quando não podia ser, apenas, inerte e opaco, encontramos-lo – o menos humano dos homens, brasileiro de encomenda, sem bondade, num patriotismo de convenção (BOMFIM, 1930, p. 122).

## A INVENÇÃO DA COLÔNIA EM VARNHAGEN: “UM IMENSO PORTUGAL”<sup>1</sup>

Durante século XIX, o pensamento científico imprimiu ao estudo da história uma nova orientação: voltou-se para a coleta, comprovação, ordenação e crítica das fontes, todas elas tarefas que poderiam ser ajustadas a procedimentos científicos. A história assumiu metodologias próprias à ciência e passou a relacionar-se estreitamente com outras áreas do saber; desde então começa-se a discutir história como ciência social (DOSSE, 2001). Entretanto, no Brasil imperial do século XIX, especialmente após 1822, o trabalho dos historiadores se confrontava com uma necessidade urgente: construir a identidade de um estado monárquico que começava a se organizar como nação. E a instituição referencial para tal empreendimento haveria de ser o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

Instituição localizada no Rio de Janeiro, sede da corte e portanto credenciada a representar toda a nação, reuniu em seus quadros a nata da sociedade e da intelectualidade da época, aglutinando membros locais – sócios efetivos – e de outras partes do País e do mundo – sócios correspondentes. Sua hegemonia só seria parcialmente quebrada em 1862, com a criação do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), este com acentuada preocupação regional. Posteriormente, novos institutos com base local começaram a pipocar, como o de São Paulo, fundado em 1894, e o Mineiro, em 1907, para citar apenas os da região Sudeste. Todos os institutos locais procuravam se filiar, por um lado, ao modelo proposto pelo IHGB – o que pode ser verificado pela comparação dos estatutos, formato das revistas e intercâmbio entre seus membros –; por outro, buscavam justamente realçar aspectos da história local, salientando a importância da região na composição da história nacional.

O IHGB constituiu-se em instituição pioneira e sólida que, contando com forte subvenção oficial e intervenção pessoal do próprio imperador nos seus 50 primeiros anos, nunca deixou de publicar sua revista. Enquanto instituição mais duradoura e nacional, teve atuação decisiva

<sup>1</sup> Esta expressão é proposta pelo historiador Evaldo Cabral de Melo em seu livro **Um imenso Portugal – história e historiografia**, uma coletânea de 36 ensaios. Este título, por sua vez, remete à canção “*Fado tropical*”, de Chico Buarque e Ruy Guerra.

nos debates historiográficos e na sua divulgação, ainda que de maneira indireta, através dos livros didáticos (CALLARI, 2001, p. 60).

Em 1849, as instalações do IHGB foram transferidas para o Paço Imperial, mudança tão significativa que os sócios passariam a comemorar a data como a da real fundação do instituto. Nesse momento, o Imperador passa a observar mais de perto as suas ações, aumenta as somas de sua ajuda financeira e empenha-se para passar a imagem de um condutor de um Estado ilustrado e civilizador, enfim, de um monarca sábio e amigo das letras. É um novo começo, que circunscreve a história da nação sob os auspícios do Estado.

De maneira geral, pode-se afirmar que o perfil dos membros que engrossaram as fileiras do IHGB foi este: elementos oriundos da burocracia estatal, logo comprometidos com a ordem que representavam, apesar do Instituto se definir como instituição político-cultural – apartada, desse modo, dos debates políticos. A hegemonia estabelecida pelos membros do IHGB – que representavam também a elite pensante – era dupla, estendendo-se pelo Estado e pela sociedade civil, na qual possuíam ativa participação como clérigos, jornalistas e professores. Destacava-se aí o papel da escola, canal de formação dos filhos da elite – por conseguinte, de reforço do cimento ideológico – e, conseqüentemente, de difusão dos valores dominantes pela sociedade (CALLARI, 2001, p. 61).

Cabia aos sócios do IHGB a tarefa de escrever a gênese da nação brasileira, para que a genealogia da nossa origem fosse capaz de ressaltar e exaltar as virtudes cívicas. Assim, a história é vista como um meio indispensável para se forjar a nacionalidade, pois ofereceria a concepção exemplar do processo civilizador estabelecido pelos portugueses. Os homens do IHGB viam a história como a legitimação do presente ou, como diz Paul Gilroy, como regulamentação da identidade cultural absoluta, já que

a nação é um grupo parental supostamente composto de grupos familiares uniformes e intercambiáveis, [o] campo nacional acaba com qualquer sentido de desenvolvimento cultural. A cultura como processo é interrompida. Petrificada e estéril, ela é empobrecida pela obrigação nacional de não mudar, mas sim de estar sempre a reciclar o passado numa forma mítica essencialmente inalterada. A tradição é reduzida a simples repetição (GILROY, 2007, p. 110).

Em síntese, como dizia Manoel L. S. Guimarães (1989, p. 6), “é, portanto, à tarefa de pensar o Brasil seguindo postulados próprios de uma história comprometida com o desenvolvimento do processo de gênese da Nação que se entregam os letrados reunidos em torno do IHGB”.

Para a boa ordem oitocentista, uma nação civilizada tinha de ter uma história. No Brasil, essa escrita da história, matizada na obra de Francisco Adolfo Varnhagen (nosso *pater historiae*), revela um modelo de historiografia que reclama para si os liames da ilustração, permitidos apenas aos países que apresentassem determinado nível de civilização. No prefácio à **História geral do Brasil**, Varnhagen faz alusão ao fato de ter como objetivo, ao escrever a história nacional do Brasil, inseri-la entre as histórias das maiores nações:

Seja porém como for: saiba-se que desde que nos propusemos a consagrar ao Brazil as nossas vigílias, para, no esclarecido reinado de Pedro II, e mediante o seu alto e valioso apoio, escrever, com certa unidade de forma e com a dos princípios que professamos, uma conscienciosa historia geral da civilisação de nosso paiz, padrão de cultura nacional, que outras nações civilisadas, só ao cabo de séculos de independência chegaram a possuir ou não possuem ainda, fizemos abnegação de tudo (VARNHAGEN, 1857, p. VI).

A história do Brasil proposta por Varnhagen teve como objetivos prioritários a construção de uma identidade nacional, sob inspirações patrióticas, e a afirmação da continuidade, de uma ou outra forma, do Estado português. Ambos pensados sob o signo da disrupção pacífica entre Brasil e Portugal; Varnhagen, como muitos, concordava que a conservação da ordem e da unidade do Brasil se efetivou não apenas pela força, mas principalmente pela destreza de quem insistia na construção de um Estado centralizado (FAUSTO, 1999) sob o majestoso manto do Imperador, como se percebe, por exemplo, na dedicatória da **História geral do Brasil** ao monarca:

O autor do presente ensaio de uma compendiosa HISTORIA GERAL DO BRAZIL, votada áquella associação, de que faz parte, e a cujas publicações e impulso tanto deve, beija pois reverentemente com o mais espontaneo fervor a Mão do Sabio Imperante, que protegeu tambem esta obra, não só Protegendo o mesmo Instituto, senão Favorecendo e Estimulando o autor della com Regia Munificencia.

SENHORI! Ao alistar-me em último logar entre os chronistas da Terra de Santa Cruz, afanei-me por estreimar patrioticamente os factos mais

importantes, e por os referir com a maior imparcialidade; e a tal respeito a voz da consciencia não me accusa mínimo escrupulo. E Dignando-se Vossa Magestade Imperial acolher benignamente este trabalho, que, apesar das suas irregularidades e rudeza que a lima do tempo irá afeiçoando, ousei dedicar a Vossa Magestade Imperial, desvanço-me a publicar que ao Seu Glorioso Reinado, eminentemente organisador como a seu tempo dirá friamente a Historia, devi todos os elementos para ele (VARNHAGEN, 1854).

Nesse expediente de organização e intervenção estatal, observa-se, desde 1822, o sucesso das elites de fazendeiros, comerciantes e de outros setores produtivos ligados à mão-de-obra escrava e ao latifúndio (COSTA, 1999). Com a Independência, a elite imperial tomou para si a tarefa de manter a unidade territorial por conta de suas feições hegemônicas e de elementos ideológicos afins, como a educação e a profissão de bacharéis do direito. Como a instrução era privilégio aristocrata, ela ajudava a alargar a enorme distância entre a elite e o grande contingente de iletrados sem inserção política. Além disso, concentrada em áreas jurídicas, a educação fornecia as ferramentas suficientes para atuação no campo político (CARVALHO, 1981) – e, também, no campo da historiografia, uma vez que os nossos primeiros historiadores eram, tal como Varnhagen, homens da burocracia do Império. Vínculo que talvez ajude a compreender a severa defesa do Estado nacional e o grande apego às tradições aristocráticas:

Entretanto por mais que correm os seculos, não ha paiz, embora blazone de mui republicano, que não aprecie sua aristocracia; isto é a nobreza hereditaria; -- sendo que a tradição das famílias vem com o andar do tempo a constituir a historia da pátria. A nação acata nos filhos, e ainda mais nos netos, os nomes e a sombra, digamos assim, dos individuos que lhe deram illustração e glória, como nós em sociedade veneramos até as suas reliquias; e não só o cadaver, como a espada do heroe que morreu pela independencia da pátria; a penna do escriptor que a illustrou pelas letras; o anel do prelado que foi modelo de saber e virtudes. Além de quê, a experiencia prova que as aristocracias, sustentáculos dos thronos, são ao mesmo tempo a mais segura barreira contra as invasões e despotismos do poder, e contra os transbordamentos tyranicos e intolerantes das democracias (VARNHAGEN, 1854, p. 79-80).

Neste sentido, está claro para Varnhagen o traço principal da origem do Brasil: o Império é visto como uma nação independente, mas filha devotada

da mãe-pátria portuguesa. Ele concebe a colonização brasileira como fruto da necessidade do comércio com o Oriente e do espírito evangelizador da pátria lusitana.

De mui tenros annos levantámos a essa ardua tarefa nosso pensamento, desejosos de prestar este serviço ao paiz em que nascemos. Começamos por colligir notas e documentos; trabalho ímprobo que nos consumiu muitos annos; mas que era indispensavel para se apurar a verdade em muitos factos, desconhecidos uns, outros transtornados ou offuscados pelo tempo. A' medida que avançavam proficuamente nossas pesquisas, que encontravamos novos materiais para o projectado edificio, cobravamos maiores receios, ao conhecer que o mesmo edificio reclamava de dia para dia mais habil architecto; pois que, sem alargar as proporções nem perder de vista a indispensavel condição da unidade, convinha aproveitar bem a crescente profusão dos materiaes, e sobretudo ligal-os com não inadequado cimento. Ao antigo projecto cheio de fé e de esperanças, como todos os projectos da mocidade, seguia-se o desanimo e o abandono de tudo, quando impulso mais poderoso veio suster nossas locubrações (VARNHAGEN, 1854, p. 10-11).

A **História geral do Brasil** tornou-se o marco da fundação de uma historiografia eminentemente nacional, uma narrativa histórica na qual o autor, Varnhagen, situa-se em um “lugar” socialmente definido e de lá faz suas escolhas e emite suas opiniões. Como bem registrou Rodrigues (1970, p. 148), “disto tudo resulta uma concepção histórica que não podia dar mais do que deu [...]. Sua seleção de fatos se orientava por estes princípios [...]. Seus objetivos pragmáticos em busca da lição da história, que servisse à administração e ao governo era um velho ideal”.

Não obstante, não se pode negar que

a obra proposta por este tido por Heródoto brasileiro, apresenta-se como um progresso no que diz respeito ao rigor metodológico com que é constituída, pois numa sincronia marcada por uma mentalidade de cunho cientificista, como era a do século XIX, ela sofre ressonâncias de conhecimentos que se constituíam como científicos (TAVARES, 2010, p. 18).

A história do Brasil, para Varnhagen, não é outra senão aquela da conquista territorial e da colonização portuguesas. Em seus escritos, a origem

do Brasil remonta aos descobrimentos portugueses. Uma história começada pela ação daquele que é o primeiro elemento de nossa identidade, pois que retirou o Brasil da rota da barbárie e do isolamento e o legou à grande história universal. Assim, na perspectiva da **História geral do Brasil**, o país seria parte do Império Ultramarino de Portugal desde o Descobrimento até a emancipação. Diante disto, Varnhagen defende que a empresa da colonização brasileira é obra do gênio português – visto, por seus feitos, como equivalente ao dos grandes navegadores gregos e fenícios –, ou melhor, da história do progresso do espírito humano. Embora não negue a confluência/integração das três raças – negros, brancos e índios – na formação do povo brasileiro, toma a herança portuguesa como dominante e sobreposta às demais. Adepto e propagador da idéia de mito fundador, Varnhagen ressalta a união das três raças para a expulsão de estrangeiros, nomeadamente dos holandeses, como primeiro elemento indicador da formação de uma nacionalidade própria.

Na opinião de Tavares (2010, p. 143), a **História geral do Brasil** é

um livro suporte de um discurso “polinizado”, grávido de opções e valores eleitos pelos dirigentes imperiais a ser disseminados através de uma ação de cunho iluminista, onde os elementos “mais esclarecidos da sociedade” devem levar luzes e valores eleitos a todo o império no intuito de instituir um sentimento: o de pertença à comunidade nacional.

Entretanto, para Varnhagen, a independência política do Brasil não poderia significar o total abandono do expressivo legado colonial. Ao contrário, deveria servir para aprofundar os laços do Brasil com a nação portuguesa, racional, iluminada e progressista. O futuro deveria significar o aprimoramento e aperfeiçoamento do passado, forjando um Brasil com características portuguesas, um Brasil branco e aristocrático. O processo de independência – efetivado por um príncipe português – afirma seu valor e vigor, posto não se apresentar contra a realeza, mas por ela efetivado.

Lucas Janoni Soares (2011, p. 40), argumenta que a “ideia de olhar de frente os problemas ou males que afligiam a nação, ou seja, que a impediam de alcançar sua plena realização como entidade nacional, comporia parte fundamental da reflexão de Varnhagen”. Para este autor,

Francisco Adolfo de Varnhagen almejava, ao escrever a sua **História Geral do Brasil**, contribuir no processo de construção da identidade nacional brasileira, ao dar uma “alma” ao corpo territorial do Império. Encontrar solução para o impasse estabelecido pelas continuidades políticas, econômicas e sociais que marcaram a passagem de colônia à nação era o problema a ser enfrentado. Fiel à casa de Bragança e imbuído da certeza do papel fundamental desta na manutenção da unidade territorial e política do país, buscou no processo de colonização portuguesa na América as raízes, ou origens, da civilização brasileira. Tal escolha resultou em equilíbrio precário, pois, entre a consolidação da identidade nacional brasileira e a raiz portuguesa do império brasileiro deveria haver estreita proximidade, mas sem comprometer a organização de uma entidade distinta da do império português (SOARES, 2011, p. 40).

A obra de Vernhagen é rica e aberta, permitindo as mais diversas interpretações e apreciações; e a cada geração pode atribuir novos significados e dela extrair ressonância condizente com sua época. Desde o século XIX até hoje, seja para o elogio ou para a depreciação, o nome de Vernhagen se fez presente, tanto nos trabalhos bio-bibliográficos dos membros do IHGB como na própria historiografia brasileira acadêmica do século XX. Porém, dentre os trabalhos acadêmicos a ele dedicados, observam-se poucas produções que enfatizem o campo da reflexão epistemológica e que nos ajudem a perceber que a história em Varnhagen é, sobretudo, racionalização e pesquisa metodologicamente orientada. De fato, conforme afirma Arno Wehling (1999, p. 70), a concepção histórica de Varnhagen está ligada à “explicação hermenêutica em vez de busca de leis naturais, investigação empírica em lugar de generalizações filosóficas, [ao] domínio de técnicas de análise documental e não observação ou experimentação inspirada na física ou na biologia”.

Muito se escreveu sobre a invenção nacionalista de Varnhagen, sobre os percursos de sua narrativa, que se estende das origens da identidade nacional brasileira à estrutura do poder político do Império. Porém, poucos se dedicaram a examinar o arranjo teórico pelo qual Varnhagen procurou conciliar a teoria e a prática históricas, ambas pensadas a partir da institucionalização da experiência histórica como fonte de legitimidade das condições em que ela se realizava. A historiografia literária praticada por Varnhagen é um dos aspectos constitutivos da sua ambição em pautar, no conjunto de sua obra, uma verdadeira história geral do Brasil, isto é, a sua biografia.

A história praticada por Varnhagen foi pensada como a concepção exemplar do processo civilizador estabelecido desde os primeiros anos da colonização. Entretanto, os princípios defendidos por ele no campo da história da literatura podem ser considerados como fundadores de uma corrente ainda hoje considerável, na medida em que se constitui como uma ordem do discurso e estabelece vínculos entre as práticas discursivas e os poderes que as permeiam. Isto porque, em última análise, o discurso historiográfico varnhageniano seria uma espécie de declaração de poder e uma reivindicação de autoridade absoluta e seletiva, “onde se procurou pinçar, no ‘vertiginoso repertório’ do passado, os esclarecimentos que pudessem auxiliar na definição do presente. A nortear a organização do ‘estoque’ das lembranças, estava a necessidade de levar adiante o projeto político iniciado em 1822” (GUIMARAES, 1995, p. 517).

E isto explica, por exemplo, todo o interesse do historiador sorocabano em delinear as origens do Brasil e fundamentar a memória de sua independência política e cultural. Um panorama que se pretendia racionalista e metódico tal como se desenvolveu ao longo do século XIX na Europa, momento em que são formulados os parâmetros normativos para o então denominado moderno tratamento da história, em que o discurso historiográfico passa a ser tratado como objetivo, técnico e científico. “O que significava”, segundo Hannah Arendt (2007, p. 79), “uma atitude de perfeita distância com a qual ele [o historiador] deveria seguir o curso dos eventos conforme foram revelados em suas fontes documentais”.

De igual modo, a historiografia romântica brasileira nos permite pensar as mesmas relações da história com as letras, vistas por meio de aspectos nacionais e como eixo central da história, da biografia, que se queria empreender. Nas palavras de Evaldo Cabral de Mello, o Império do Brasil “era o Estado sucessor de Portugal na América e somente a colonização lusitana poderia ter garantido a unidade nacional” e isto foi mais que suficiente para a historiografia imperial “desqualificar as outras experiências coloniais” (MELLO, 2008, p. 325). E assim chegamos ao modo com que o romantismo oitocentista, pautado nos termos da boa civilização e contrário à desordem e à demagogia do inculto, como diria Varnhagen, lidou com as noções de ciência e de história para consecução da nossa historiografia política e também literária.

## THE INVENTION OF BRAZIL IN FRANCISCO ADOLFO VARNHAGEN

### ABSTRACT

*The article presents some notions of colonial Brazil developed from the 1930s, notably in two studies of Caio Prado Júnior and Sérgio Buarque de Holanda, in contrast to the historiography of the nineteenth century. Moreover, discusses the meaning of colonial history proposed by Varnhagen and his stay in the historiography of the twentieth century.*

**KEYWORDS:** *Caio Prado. Historiography. Sérgio Buarque. Varnhagen.*

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES FILHO, A. **Pensamento político no Brasil – Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOMFIM, M. **O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

CALLARI, C. R. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001.

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem: a elite política imperial.** Brasília: Ed. UNB, 1981.

COSTA, E. V. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** 7. ed. São Paulo: Unesp, 1999.

DOSSE, F. **A história à prova do tempo.** São Paulo: Unesp, 2001.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1999.

GILROY, P. **Entre campos, nações, culturas e o fascínio das raças.** São Paulo: Annablume, 2007.

GONTIJO, R. Manoel Bomfim, pensador da História na Primeira República. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, p. 129-154, 2003

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos; o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, n. 1, 1989.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MELLO, E. C. de. **Um imenso Portugal**: história e historiografia. São Paulo: Editora 34, 2008.

MESGRAVIS, L. A sociedade brasileira e a historiografia colonial. In: FREITAS, M. C. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 39-56.

NOVAIS, F. A. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial**. São Paulo: Cebrap; Brasiliense, 1977.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1957.

PUNTONI, P. **Varnhagen e a história do Brasil**. Disponível em <<[www.brasiliana.usp.br/node/454](http://www.brasiliana.usp.br/node/454)>>. Acesso em 15 de outubro de 2011.

RODRIGUES, J. H. **História e historiografia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.

SOARES, L. J. **Entre a missão política e a ciência histórica**: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877). Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

TAVARES, T. A. N. R. **O discurso colocado em órbita**: Francisco Adolfo de Varnhagen e sua *História Geral do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.

VARNHAGEN, F. A. **História geral do Brasil**, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. 2 v. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854-1857.

WEHLING, A. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.